

ANAIS 2021/1

Trindade / 2021



CURSO DE DIREITO

XVX SIPE - Direito

XVX Simpósio de Pesquisa e Ensino do Curso de Direito

Tema: PESQUISA E ENSINO EM DIREITO

v. 19 - n. 1



Instituto Aphonciano de Ensino Superior - IAESup



Instituto Aphonciano de Ensino Superior - IAESup

ANAIS 2021/1

XIX SIPE - DIREITO

XIX Simpósio de Pesquisa e Ensino do Curso de Direito

Tema: PESQUISA E ENSINO EM DIREITO

v. 19 - n. 1

TRINDADE / 2021

Simpósio de Pesquisa e Ensino do curso de Direito (1:2021: Trindade, Goiás)

Simpósio de Pesquisa e Ensino do curso de Direito / editado pelo curso de Direito do IAESup. Trindade: Instituto Aphoniano de Ensino Superior, 2021/1.

Anais apresentados no Simpósio de Pesquisa e Ensino do curso de Direito do IAESup.

Tema: Pesquisa e Ensino em Direito

v. 19 - n. 1

I. Pesquisa. II. Ensino. III. Direito. IV Simpósio

ISSN 2238-7005

CDU: 34(82-94)



Instituto Aphonciano de Ensino Superior - IAESup

Diretor Presidente:

Prof. Esp. Marcos Antônio de Queiróz

Coordenação Pedagógica do IAESup:

Prof.^a Esp. Maria José da Silva Cunha

Coordenador do Curso de Direito:

Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

Coordenadora do Curso de Administração:

Prof.^a Dr.^a Roseli Vieira Pires

Coordenador do Curso de Pedagogia:

Prof. Dr. Elias Pascoal

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis:

Prof. Esp. Hélder Daniel da Silva

Coordenadora Acadêmica:

Prof.^a M.^a Brandina Fátima M. de Castro

Coordenação da Biblioteca Central:

Edilane Neves

Secretária das Faculdades Aphonciano:

Prof.^a Esp. Maria Silva Figueiredo

Coordenação de Apoio:

Prof. M.e Arthur Augusto de Lima Queiroz



REALIZAÇÃO
Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAESup

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof.^a Esp. Maria José da Silva Cunha
Prof. M.e Isac Cardoso das Neves
Prof. M.e Frederico Alves da Silva
Prof.^a Esp. Gercina Inácia Xavier
Prof.^a M.^a Nayra Juliana Daniel de Azevedo
Prof. M.e Alano Franco Bastos

COORDENAÇÃO GERAL

Prof.^a Esp. Maria José da Silva Cunha
Prof. M.e Isac Cardoso das Neves
Prof.^a M.^a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. M.e Alano Franco Bastos
Prof. M.e. Arthur Augusto de Lima Queiroz
Prof. M.e Fabiano dos Reis Taino
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof. Esp. Juliano Torrano Parreira
Prof. M.e Leonardo Peixoto Simão
Prof. M.e Luiz Henrique Borges de Azevedo Silva
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e Raniel Nascimento de Souza
Prof. M.e Ronney Francisco de Miranda
Prof. M.e Walério Magalhães Bandeira

EQUIPE TÉCNICA

Revisão de Português
Prof.^a M.^a Maria Conceição B. Donêncio

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO	8
2. APRESENTAÇÃO	10
3 Programação das Bancas sob orientação do Prof. M.e Frederico Alves da Silva	12
3.1 ATIVISMO JUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	16
3.2 A IMPUTABILIDADE DO SERIAL KILLER NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	17
3.3 ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E SUAS CONTROVÉRSIAS	18
3.4 TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRABALHOS ANÁLOGOS A ESCRAVIDÃO	19
3.5 AQUISIÇÃO DE TERRAS RURAIS POR ESTRANGEIROS: CONTROVERSAS E NECESSIDADES.....	20
3.6 O ANTAGONISMO DO ESTADO DIANTE O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO	21
3.7 ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UM ESTUDO À LUZ DA VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA	22
3.8 A PRESTAÇÃO ALIMENTAR NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E SUAS CONTROVÉRSIAS	23
3.9 ENTRAVES E DESAFIOS NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL.....	24
3.10 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O DIREITO A MORADIA.....	25
3.11 A LEGALIZAÇÃO DA <i>CANNABIS</i> PARA FINS MEDICINAIS: BENEFÍCIOS E CONTROVÉRSIAS.....	26

3.12	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E A PROMOÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE MORADIA.....	27
3.13	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: O DIREITO A EDUCAÇÃO E SEUS DESAFIOS	28
3.14	VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS.....	29

4. Programação das Bancas sob orientação do Prof. M.e Isac Cardoso das Neves..... 30

4.1	ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	34
4.2	ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	35
4.3	A FAMÍLIA DA ATUALIDADE: OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA SOCIEDADE ATUAL	36
4.4	PEJOTIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	37
4.5	ABUSO DE PORDER EMPRESARIAL: A IMPOSIÇÃO DO EMPREGADOR SOB O EMPREGADO	38
4.6	MEDIAÇÃO COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES ...	39
4.7	DELAÇÃO PREMIADA E SUA APLICABILIDADE AO CRIME ORGANIZADO.....	40
4.8	O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS ASPECTOS GERAIS E SOCIAIS	41
4.9	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO(S) ADOTANTE(S) EM DECORRÊNCIA DA DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO	42
4.10	POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS MENORES INFRATORES.....	43
4.11	A IMPUNIDADE DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL E OS NIVEIS DE REINCIDENCIA DOS ABUSADORES	44
4.12	A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DO STF ACERCA DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS	45

5. Programação das Bancas sob orientação da Prof.^a M.^a Nayra Juliana Daniel de Azevedo	46
5.1 UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO JURÍDICA AOS INDIVÍDUOS PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA À LUZ DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	50
5.2 A ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB NOS PRESÍDIOS GOIANOS	51
5.3 NECROPOLÍTICA NAS PRISÕES BRASILEIRAS: O BIOPODER COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL ESTATAL NAS UNIDADES PRISIONAIS.....	52
5.4 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.069/1990.....	53
5.5 VITIMOLOGIA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	54
5.6 SUPEREXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE E PRIVACIDADE INFANTIL NAS REDES SOCIAIS NO BRASIL.....	55
5.7 DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA: A JUSTA INDENIZAÇÃO NAS ÁREAS EXPROPRIADAS PARA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL	56
5.8 O PODER DE INVESTIGAÇÃO DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	57
5.9 A DISPUTA PELO COMANDO DO TRÁFICO DE DROGAS NA COMARCA DE TRINDADE/GO	58
5.10 JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: O NOVO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	59
5.11 A RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES DESPORTIVAS POR ATOS DISCRIMINATÓRIOS PRATICADOS POR SEUS ATLETAS	60
5.12 A EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS MENORES INFRATORES	61

1. PREFÁCIO

**“Do ponto de partida, até o ponto de chegada,
passando por uma pandemia...”**

No registro dos trabalhos de conclusão de curso, dos concluintes 2021-1, do Aphonsiano, não poderia deixar de falar, aos novos bacharéis e licenciados, de um momento atípico que viveram na caminhada até aqui.

No mês de março de 2020, todas as escolas brasileiras foram fechadas devido à pandemia provocada pelo Coronavírus.

Não foi diferente, aqui, no Aphonsiano. A pergunta era única: o que fazer?

Um ponto era indiscutível. Teremos que continuar a caminhada, mesmo com o obstáculo do Coronavírus. Esta inquietação provocou uma reinvenção de estratégias e mecanismos para que a Escola, em especial, o Aphonsiano, não parasse no tempo.

A pandemia nos colocou frente ao desafio para sairmos do ponto alicerçado na tradição, ou seja, iríamos sair do lugar que é sagrado para todos nós: a sala de aula.

Saindo da sala, os estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior, a pergunta foi: como fazer agora?

Reinventamos-nos, passamos a utilizar as tecnologias de que dispomos, o que foi impossível em outras pandemias que o mundo viveu no passado.

Agora a tecnologia, a inteligência do homem, “criado à imagem e semelhança de Deus”, proporcionou que as escolas, mesmo fechadas, continuassem abertas, para Alunos e Professores na forma virtual. Isso foi fantástico... Nossa programação e o processo Ensino aprendizagem não ficaram parados, continuamos a busca pelo conhecimento e chegamos até aqui.

Os trabalhos de conclusão de cursos registrados nestes anais são a prova incontestável de que o Aphonsiano soube caminhar, mesmo por caminhos cheios de obstáculos. Juntos, chegaremos ao Mundo Novo com o qual sonhamos: pessoas transformadas, diferenciadas que, independente da profissão escolhida, farão a diferença onde estiverem.

Esta pandemia nos deixou a grande lição: devemos enfrentar de frente os desafios que nos foram impostos, pois, somente assim, alcançaremos a realização de nossos sonhos.

Como disse certa vez um pensador: O homem sonha, Deus quer e o sonho se faz realidade, basta que trabalhemos com dedicação, honestidade, humildade e perseverança.

Nada nos é impossível quando não deixamos de sonhar...

Que Deus nos abençoe!

Prof. MARCOS QUEIRÓZ

- Diretor das Faculdades e Colégio Aphoniano -

2. APRESENTAÇÃO

A elaboração do TCC deve ser visualizada de forma integrada como uma etapa imprescindível à formação acadêmica do estudante. Para tanto, define-se como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o produto de um trabalho acadêmico de pesquisa científica e instrumento de avaliação e apresentação ou defesa, compondo a formação acadêmica do estudante autor. O TCC constitui-se uma atividade acadêmica de pesquisa que representa uma sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao perfil de formação do curso, desenvolvido por meio de orientação, acompanhamento e avaliação docente.

Para o cumprimento do TCC, neste período de pandemia de COVID-19, no Instituto Aphoniano, foram necessárias adaptações pedagógicas realizadas no ensino remoto, interações professor-aluno, o compromisso com a formação do aluno e o reconhecimento da qualidade da docência universitária como facilitadora da transição ao ensino superior. Tais resultados reafirmam o papel dos professores na aprendizagem, na permanência e no êxito dos respectivos acadêmicos.

Assim, para a finalização da graduação em Direito, a Comissão Científica, composta pelos docentes desta IES, apresenta o XIX Simpósio de Pesquisa e Ensino do Curso de Direito (XIX SIPE DIREITO). As monografias serão apresentadas, virtualmente, pela plataforma do Google Meet, nos dias 21 a 25 de Junho de 2021.

Trindade/GO, 24/05/2021

Prof.^a M.^a Nayra Juliana Daniel de Azevedo¹

¹ Graduada em direito (2005) pela Universidade Salgado de Oliveira e mestrado em Desenvolvimento Regional, (2014) pela Faculdade Alves Faria. Atualmente é Professora do Curso de Direito e Coordenadora de Monografia - Faculdades Aphoniano.

RESUMOS DOS TRABALHOS

Programação das Bancas sob orientação do Prof. M.e Frederico Alves da Silva

Dia: 21/06 - Segunda-Feira

Horário: 18h
Aluna: Amanda Campos Freire Mendonça
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Walério Magalhães Bandeira
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: ATIVISMO JUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO

Horário: 18h30min
Aluna: Ana Beatriz Ribeiro Noronha
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Walério Magalhães Bandeira
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: A IMPUTABILIDADE DO SERIAL KILLER NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Horário: 19h00min
Aluno: André Luiz da Silva Filho
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Walério Magalhães Bandeira
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E SUAS CONTROVÉRSIAS

Horário: 19h30min
Aluna: Cybelle Pereira de Souza
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Walério Magalhães Bandeira
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRABALHOS ANÁLOGOS A ESCRAVIDÃO

Horário: 20h00min
Aluno: Edigley Ferreira Teodoro
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Walério Magalhães Bandeira
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: AQUISIÇÃO DE TERRAS RURAIS POR ESTRANGEIROS:
CONTROVÉRSIAS E NECESSIDADES

Horário: 20h30min
Aluno: João Pedro Pereira Borges
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Walério Magalhães Bandeira
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: A PRESTAÇÃO ALIMENTAR NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E SUAS
CONTROVÉRSIAS

Horário: 21h00min
Aluna: Giovanna Vaz Lacerda
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Walério Magalhães Bandeira
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UM ESTUDO À LUZ DA VALORAÇÃO
DA PALAVRA DA VÍTIMA

Dia: 22/06 - Terça-Feira

Horário: 18h00min
Aluna: Gabriella Pereira Xavier de Souza
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Luiz Henrique B. A. Silva
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: O ANTAGONISMO DO ESTADO DIANTE O FORNECIMENTO DE
MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO

Horário: 18h30min
Aluna: Lorrany Christine de Souza Portil
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Luiz Henrique B. A. Silva
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: ENTRAVERES E DESAFIOS NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS
INDÍGENAS NO BRASIL

Horário: 19h00min
Aluno: Maycon Diego Alves Souza
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Luiz Henrique B. A. Silva
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O DIREITO A MORADIA

Horário: 19h30min
Aluna: Nathália Victória Pires Vieira e Souza
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Luiz Henrique B. A. Silva
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: A LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS PARA FINS MEDICINAIS:
BENEFÍCIOS E CONTROVÉRSIAS

Horário: 20h00min
Aluno: Pedro Henrique Fortunato Coelho
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Luiz Henrique B. A. Silva
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E A PROMOÇÃO DO
DIREITO FUNDAMENTAL DE MORADIA

Horário: 20h30min
Aluno: Roosevelt Rodrigues Alves
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Luiz Henrique B. A. Silva
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: O DIREITO A EDUCAÇÃO E SEUS
DESAFIOS

Horário: 21h00min
Aluna: Thálita Pereira da Silva Gomes
Orientador: Prof. M.e. Frederico Alves da Silva
M. da Banca: Prof. M.e Luiz Henrique B. A. Silva
Prof. Esp. Fernando Gomes Rodrigues
Título: VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

ATIVISMO JUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO

Amanda Campos Freire Mendonça
Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O Ativismo Judicial é um instituto que está associado à forma expansiva do poder judiciário em analisar a hermenêutica constitucional, interpretando-a de modo proativo. O objetivo central deste trabalho está em transmitir de forma simples como se dá o Ativismo Judicial perante as lentes do direito brasileiro, buscando a compreensão de seus aspectos. Propõe-se assim, apresentar sua origem, seu significado, seu alcance e suas consequências, além de transmitir os pensamentos de alguns juristas a respeito do tema e sua abrangência na atualidade. Para este fim, analisou-se a organização dos poderes, a função típica de cada um deles, a hermenêutica constitucional, as competências do Poder Judiciário e as controvérsias que o instituto traz frente ao direito positivado em que se estabeleceu a justiça brasileira. Sob essa ótica, o Ativismo judicial mostrou ser objeto de debates frequentes, dividindo opiniões e polarizando ideias referentes à sua aplicação, sobretudo, no tocante a interferência que o poder judiciário pode ter em funções de outros poderes, na capacidade institucional do judiciário em proferir decisões ativistas e na possibilidade de interpretação integral dos direitos fundamentais contidos na constituição federal.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Constituição Federal. Poder Judiciário.

A IMPUTABILIDADE DO SERIAL KILLER NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Ana Beatriz Ribeiro Noronha

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a figura do serial killer e suas ações, tendo por base a legislação, jurisprudência, doutrinas, pesquisas de estudiosos, dentre outros, com o fim de ponderar qual seria o melhor tratamento/punição para esses agentes. Foi abordada diretamente a relação entre a psicopatia e seus transtornos com a figura do assassino serial. Ainda, foram verificadas nos estudos, as reações desses agentes com relação à gravidade de suas ações, a compreensão e capacidade de ser considerados culpados, bem como seu senso de empatia e compaixão para com as vítimas. Após essa análise chegamos a sua classificação penal, na qual tentamos enquadrá-los como agentes imputáveis, semi-imputáveis ou imputáveis e verificamos a possibilidade de uma pena alternativa como a medida de segurança (artigo 96 do Código Penal). Por fim, foi feita uma breve análise do Projeto de Lei nº 140/2010, o qual trata, exclusivamente, da questão da punibilidade do assassino serial.

Palavras-chave: imputabilidade. Punição. Código Penal. Projeto de Lei.

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E SUAS CONTROVÉRSIAS

André Luiz da Silva Filho

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como fito, analisar a figura da alienação fiduciária, buscando elucidar sobre os critérios desde sua origem histórica, tendo em vista, a sua evolução desde os primórdios. Trazendo consigo o conceito, desdobramentos, análise do contrato, relatando também os direitos garantidos as partes, sendo elas denominadas de credor fiduciário e devedor fiduciante. A demonstração do presente trabalho constitui em abarcar principalmente acerca da alienação fiduciária sobre bens imóveis, relacionadas com a Lei n. 9.514/97, visando esclarecer quanto à sua dogmática, objeto, seus trâmites legais e a modalidade de extinção. Dessa forma, estabelece a abordagem das questões problemáticas em seu decorrer, intentando em seus questionamentos, quanto ao confronto de eficácia entre a alienação fiduciária e as garantias de direitos reais contidas no Código Civil; a impenhorabilidade absoluta sobre bens imóveis registrados com alienação fiduciária e, por último, mas não menos importante; analisar sobre a constitucionalidade da aplicação do artigo 27, § 2º da Lei n. 9.514/97.

Palavras-chave: Alienação fiduciária. Bens imóveis. Contrato.

TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRABALHOS ANÁLOGOS A ESCRAVIDÃO

Cybelle Pereira de Souza

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, realizar uma análise quanto ao crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual e trabalhos análogos à escravidão, caso este muito conhecido perante a sociedade nos últimos tempos, sendo tema inclusive de novela global. Atualmente, a definição mais utilizada é a que traz o artigo 3º, alínea “a”, do Protocolo de Palermo das Nações Unidas, no mesmo sentido, em 1994, a Resolução da Assembleia Geral da ONU também conceituou essa prática, quatro anos depois, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional ampliou ainda mais o debate referente ao tema. A luta pela extinção deste ato, assim como a punição dos envolvidos não é recente, as discussões envolvendo o tráfico internacional de pessoas tiveram início em 1814 com o Tratado de Paris entre Inglaterra e França. Desta maneira, será apresentado todo o desenvolvimento de Leis e medidas de proteção às vítimas desse crime. Foi abordado ainda, quanto aos quais seriam os principais alvos dos traficantes e sobre os meios de prevenção. Ademais, foi imprescindível trazer alguns casos reais, a frequência em que o crime ocorre no Brasil segundo estatísticas e se as políticas públicas brasileiras que combatem o tráfico de pessoas e o auxílio às vítimas são eficazes.

Palavras-chave: Tráfico de pessoas. Tráfico internacional. Trabalhos análogos à escravidão. Exploração sexual.

AQUISIÇÃO DE TERRAS RURAIS POR ESTRANGEIROS: CONTROVÉRSIAS E NECESSIDADES

Edigley Ferreira Teodoro

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

No decorrer do presente trabalho, será analisado o histórico fundiário no Brasil, por meio das aquisições de terras rurais por estrangeiros, analisando também as empresas nacionais com capital e controle estrangeiro por meio de investimentos no agronegócio brasileiro, apresentando a evolução legislativa, com início na Lei 601/1850, conhecida como Lei de Terra até o projeto de lei 2.963/2019. Mediante a evolução da sociedade e suas demandas, observando as controvérsias e necessidades da atualização da legislação vigente, e as deficiências na fiscalização de produtividade de imóveis rurais de propriedade estrangeira no Brasil.

Palavras-chave: Histórico Fundiário. Ocupações de terras rurais. Legislação.

O ANTAGONISMO DO ESTADO DIANTE O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO

Gabriella Pereira Xavier de Souza

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho visa abordar a dificuldade da entrega de medicamentos de alto custo ao paciente, visto que é de notório saber que o direito à saúde é um mandamento constitucional, um dos pilares basilares da nossa Constituição Federal de 1988. No decorrer do exposto, serão analisados os requisitos para a entrega do medicamento de alto custo que constam na listagem do Sistema Único de Saúde, onde será dispensado por intermédio do Estado, na figura dos centros de distribuições. Salienta-se que a aquisição do fármaco se dará após a análise de inúmeros requisitos que o paciente deverá se submeter e adequar, observando se o fármaco é um medicamento incluso na listagem, será seguida uma determinada fase, caso o medicamento não esteja incluso na listagem disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o procedimento será diverso. Desta maneira, caso apresente a ineficácia estatal diante o fornecimento destes medicamentos, não restará outra saída a não ser o Mandado de Segurança, o qual é um remédio constitucional para sanar direito líquido e certo violado.

Palavras-chave: Medicamentos de Alto Custo. Ineficiência Estatal. Sistema Único de Saúde.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UM ESTUDO À LUZ DA VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA

Giovanna Vaz Lacerda

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O estupro de vulnerável, tema abordado no presente trabalho, trata da violação da dignidade sexual de vulneráveis. Em seu contexto histórico, é possível observar que em tempos remotos só era considerado estupro a conjunção carnal entre homem e mulher, sendo a mulher a vítima. Com a evolução da legislação ao longo das décadas, foram incluídos outros atos ao crime de estupro, como o ato libidinoso, e não somente a penetração. Também aumentaram as possíveis vítimas, podendo ser também homens e crianças. Em 2009, vigorou-se o Código Penal Brasileiro atual, que em seu artigo 217-A aborda os crimes sexuais contra vulneráveis, podendo ser vítimas do estupro de vulnerável: crianças menores de 14 anos, e quem por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. Será analisado o perfil da vítima e do agressor, os procedimentos, as penas que são aplicadas a esse tipo de ato delituoso, e a possibilidade de consentimento da vítima para determinado ato. O objetivo central do trabalho é abordar e analisar a valoração da palavra na vítima nos crimes de estupro de vulnerável.

Palavras-chave: Estupro de Vulnerável. Valoração da palavra da vítima. Violação da dignidade sexual.

A PRESTAÇÃO ALIMENTAR NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E SUAS CONTROVÉRSIAS

João Pedro Pereira Borges

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho aborda os princípios básicos do Direito de família e os aspectos de filiação e parentesco, como também, a evolução histórica da família com a recente Constituição Federal de 1988. Serão ressaltadas também, a relevância e as características deste afeto no âmbito jurídico, com o intuito de identificar os seus principais pontos controversos e as questões ainda não suficientemente respondidas. Para tanto, utilizou-se o método indutivo, por meio de pesquisa bibliográfica e da análise de decisões judiciais. No entanto, destaca os filhos socioafetivos e biológicos, que se fazem presente em novos arranjos familiares. E por fim, explana-se a prestação alimentar da filiação socioafetiva e suas circunstancia em relação à prestação por parte do pai afetivo, as limitações e a confusão jurídica geradas entre o pai biológico e afetivo.

Palavras-chave: Família. Prestação alimentar. Socioafetiva. Jurisprudência.

ENTRAVES E DESAFIOS NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Lorrany Christine de Souza Portil

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os desafios causados pela falta de demarcações das terras indígenas juntamente com todo estudo antropológico utilizado sobre a capacidade jurídica dos povos indígenas, juntamente em, como se dão o processo, os levantamentos dos territórios e suas suspensões. Abordam-se problemas enfrentados pelos conflitos para a efetivação desse direito fundamental, além dos interesses em torno das terras indígenas e a omissão do Estado brasileiro em cumprir o seu dever constitucional de demarcá-las. Também como este contexto contribui para que nos últimos anos ocorressem controvérsias em torno do direito territorial indígena, fazendo com que, em muitos casos, o Poder Judiciário dê a palavra final do que é ou não uma terra tradicionalmente ocupada para fins de demarcação, sendo o Supremo Tribunal Federal, o Órgão que mais tem atuado diante dessas questões de extrema repercussão. Este trabalho busca entender os fatores que dificultam a plena efetividade desse mandamento constitucional, analisando os aspectos atuais da construção normativa referente a demarcação de terras indígenas sobre possíveis sanções do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Povos indígenas. Demarcações de terras. Constituição Federal.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O DIREITO A MORADIA

Maycon Diego Alves Souza

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo a regularização fundiária, prevista no Estatuto da Cidade, lei 10.257/01, art. 2º, inciso XIV. Por meio de intervenção pública, a regularização fundiária torna adequada a ocupação das populações que não habitam de acordo com a lei e sua aplicação repercute principalmente na questão da pacificação social, com a valorização do princípio da dignidade do ser humano. Por tratar-se de um problema crescente na sociedade contemporânea, a falta de uma habitação adequada requer uma análise jurídica e neste trabalho, partiu da propositura de uma problemática que se relaciona tanto com o próprio direito de propriedade, como também com o princípio da dignidade humana. A presente pesquisa transparece expressiva importância na medida em que abraça a oportunidade de analisar a aplicação da regularização fundiária, enquanto um instituto de direito real de grande relevância no campo da pacificação social, na medida em que garante uma habitação digna e adequada.

Palavras-chave: Propriedade. Intervenção pública. Direitos. Dignidade.

A LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS PARA FINS MEDICINAIS: BENEFÍCIOS E CONTROVÉRSIAS

Nathália Victória Pires Vieira e Souza
Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de uma revisão da literatura, a qual visa descrever a importância do uso medicinal da Cannabis Sativa. No decorrer da mesma serão explanadas representações sociais sobre tal temática, com o intuito levantar informações sucintas e significativas, diminuindo assim os índices de desinformação e preconceito sobre o referido assunto abordado. Elucida-se que há inúmeros dados históricos relatados sobre o consumo da substância citada, além de estudos consistentes sobre seu uso medicinal e propostas legais sobre sua legalização com finalidades médicas. Porém, apesar de apresentado tais fatos, percebe-se a necessidade de formulações e mudanças de estratégias que sirvam para subsidiar teses consistentes bem como para formação consciente e empática de profissionais, principalmente, da área da saúde, para que na prática sejam feitas as intervenções necessárias ao paciente que necessite do uso medicinal de Cannabis, assim como, há a necessidade de implementação de políticas públicas e educacionais explicativas sobre o uso da mesma à promoção da saúde.

Palavras-chave: Cannabis Sativa. Uso Medicinal. Representação Social. Políticas Públicas.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E A PROMOÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE MORADIA

Pedro Henrique Fortunato Coelho
Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

O trabalho em foco aborda a efetivação do direito fundamental de moradia e a sua interação com o princípio da dignidade da pessoa humana, observando o desenvolvimento das definições do direito de moradia à luz dos entendimentos do direito internacional. Ainda, busca verificar e analisar a capacidade da Lei 13.465/17 em promover o supramencionado direito fundamental somado à discricionariedade do Município em promover a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) e verificar possibilidade de “favelização” das áreas rurais as quais são menores que a fração mínima ideal.

Palavras-chave: Regularização Fundiária Urbana. Direito de Moradia. Discricionariedade Municipal.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: O DIREITO A EDUCAÇÃO E SEUS DESAFIOS

Roosemberg Rodrigues Alves
Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre as Constituições brasileiras, a fim de perceber como o Estado, ao longo da História, conduziu o aspecto educacional, no que diz respeito a sua responsabilidade para com a sociedade brasileira. Aborda também, o Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), o qual se revela de maneira que se cumpram os requisitos constitucionais assegurando às crianças e aos adolescentes o direito à Educação. Outro assunto, analisado nesse trabalho é a Lei de diretrizes e Bases da Educação a qual tem a função de regulamentar o sistema educacional, público ou privado, enfatizando que a educação é dever da família e do Estado, que ambos, devem priorizar o desenvolvimento da criança. A pesquisa também examina o Código Civil e o Código Penal; o primeiro como uma norma que vem reforçar a responsabilidade da família e do Estado, como elementos fundamentais para garantir o acesso à educação para todos. O segundo como meio de punir a família que venha deixar de procurar as instituições para que os filhos estudem. E por fim, será analisada, de forma crítica, a Lei nº 12.711, de 2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas, a qual se revela como instrumento criado para amparar os estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas e pessoas com deficiência para auxiliar o ingresso desses cidadãos no Ensino Superior.

Palavras-chave: Educação. Legislação. Poder Público.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

Thálita Pereira da Silva Gomes

Orientador: Prof. M.e Frederico Alves da Silva

RESUMO

Entende-se por violência obstétrica, a praticada em gestantes institucionalizadas em unidades de saúde as quais buscam auxílio durante o ciclo gravídico-puerperal, tratando-se de um caso sério e recorrente de saúde pública que ocorre há décadas. Deste modo, o objetivo principal da presente pesquisa é analisar os desafios enfrentados pela ausência de tipificação no ordenamento jurídico brasileiro e a dificuldade da condenação dos responsáveis no combate a prática de violência obstétrica no Brasil. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, de revisão integrativa da literatura sobre o tema, estabelecido por meio de etapas ordenadas e rigorosas, cruzando dados relacionados aos conceitos de: “saúde da mulher”, “parto”, “violência obstétrica”. A pesquisa visa discorrer ainda sobre a história do parto no Brasil, bem como as leis vigentes que garantem apoio às mulheres em um momento tão especial e delicado de suas vidas. Por fim, o estudo traz a importância de diminuir e até anular definitivamente as práticas prejudiciais à saúde da mulher e do bebê, realizadas por profissionais de saúde durante o ciclo gravídico-puerperal.

Palavras-chave: Saúde da Mulher. Parto. Violência Obstétrica.

Programação das Bancas sob orientação do Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

Dia: 22/06 - Terça-Feira

Horário: 18h
Aluna: Beatriz dos Santos Brasil
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: EFICÁCIA,
EFICIÊNCIA E APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.069/1990

Horário: 18h30min
Aluna: Andreza Barcelos Ribeiro Santos
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: A ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB
NOS PRESÍDIOS GOIANOS

Horário: 19h
Aluna: Amanda Cavalcante Manso
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO JURÍDICA AOS INDIVÍDUOS
PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA À LUZ
DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO
BRASIL

Horário: 19h30min
Aluno: Hemelly Karolinne Martins Silva
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: VITIMOLOGIA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Horário: 20h
Aluna: Késsia Shayene de Oliveira Piaia
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: O PODER DE INVESTIGAÇÃO DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Horário: 20h30min
Aluna: Jordana Ferreira Cardoso
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: SUPEREXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE E PRIVACIDADE INFANTIL NAS REDES SOCIAIS NO BRASIL

Dia: 23/06 - Quarta-Feira

Horário: 18h
Aluno: Thiago Rezende Camargo
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: A EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS MENORES INFRATORES

Horário: 18h30min
Aluno: Kayque Rodrigues Peixoto
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA: A JUSTA
INDENIZAÇÃO NAS ÁREAS EXPROPRIADAS PARA CONSTRUÇÃO
DA FERROVIA NORTE-SUL

Horário: 19h
Aluna: Anna Luísa Batista Freire Gratão
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: NECROPOLÍTICA NAS PRISÕES BRASILEIRAS: O BIOPODER
COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL ESTATAL NAS
UNIDADES PRISIONAIS

Horário: 19h30min
Aluna: Lóide Ravana Moura e Paiva
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: O NOVO ACORDO DE NÃO
PERSECUÇÃO PENAL

Horário: 20h
Aluno: Luiz Henrique Fernandes Lacerda
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: A RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES DESPORTIVAS POR
ATOS DISCRIMINATÓRIOS PRATICADOS POR SEUS ATLETAS

Horário: 20h30min
Aluna: Layanne Alves de Souza
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: A DISPUTA PELO COMANDO DO TRÁFICO DE DROGAS NA
COMARCA DE TRINDADE/GO

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Adrielly Soares da Silva

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o estudo sobre o assédio moral no ambiente de trabalho, e os danos que tal atitude pode acarretar, bem como a sua origem, conceito, características, sujeitos, espécies e formas de prevenção. O assédio moral configura-se pela conduta abusiva, executadas por meio de gestos, palavras ou comportamentos que atentem contra a dignidade, integridade física ou psíquica da pessoa assediada. Para tanto, a metodologia utilizada para realização do trabalho foi a bibliográfica, bem como foi abstraído informações da legislação pátria e da internet. Portanto, tem-se como objetivo apurar a relação histórica da legislação brasileira frente ao direito do trabalho e suas formas de prevenção e reparação frente ao assédio moral no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Assédio moral. Ambiente de trabalho. Condutas. Consequências. Reparação.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Daniele Cristine Souza Sampaio

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O presente estudo tem a finalidade de discorrer sobre o Assédio Moral na relação de trabalho como um problema organizacional e os aspectos negativos que são causados na vida do trabalhador. Com o passar dos anos os casos de trabalhadores que são vítimas do Assédio Moral em seu ambiente de trabalho, vem sendo cada vez mais. Essas ações fazem com que as vítimas sofram práticas violentas, constrangedoras, vexatórias e humilhantes por seu supervisor hierárquico ou até mesmo colegas trabalhadores, fazendo com que a vítima tenha abalo psicológico, que acaba causando danos em sua vida familiar, social e, principalmente, no seu ambiente de trabalho, fato que é um assunto antigo assim como o trabalho. Para a elaboração do trabalho, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, utilizando como fonte principal a pesquisa bibliográfica, com de seleções de materiais, leituras e resumos, baseados em doutrinas, princípios, artigos, jurisprudência e julgados, tratando-se, portanto, de um levantamento de teorias e conceitos publicados.

Palavras-chave: Assédio Moral. Trabalho. Danos.

A FAMÍLIA DA ATUALIDADE: OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA SOCIEDADE ATUAL

Flavio Antônio da Silva

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O presente trabalho trata da evolução do conceito de família no Brasil e acompanha as mudanças trazidas até o Século XXI, com ênfase nos princípios constitucionais que foram externados (de forma explícita ou implícita) pela Constituição Federal de 1988. Tendo em vista que o conceito de família muda de acordo com a sociedade, é uma análise dos modelos que foram previstos pela Carta Magna e também os que apesar de não terem sido previstos, existem na sociedade e merecem serem reconhecidos e protegidos. Suscita também as dificuldades encontradas pelas novas famílias em face do silêncio normativo, causado pela moral cristã dominante. Por fim, discorre sobre os desafios dos novos conceitos de família na sociedade atual e a visão do Supremo Tribunal Federal acerca do tema.

Palavras-chave: Família. Princípios Constitucionais. Arranjos familiares. Novas modalidades.

PEJOTIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Jéssyca Rodrigues Abreu

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade discorrer sobre o fenômeno “pejotização” nas relações de trabalho. Sendo considerada uma fraude à legislação trabalhista, previdenciária e tributária, surgiu como uma opção para diminuir os gastos oriundos de encargos trabalhistas. Acontece que, o empregador obriga o trabalhador a constituir uma pessoa jurídica para a prestação de serviços, sem vínculo empregatício. Primeiramente, pretende explicar sobre o Direito do Trabalho como ramo especializado, e depois a definição da relação de emprego. Abrangem ainda, os principais princípios trabalhistas, que concedem uma proteção jurídica na relação de emprego e ainda, sobre os sujeitos do contrato de trabalho na pessoa do empregado e empregador. Por fim, enfoca-se na pejotização da relação de emprego, analisando a origem, conceito e as consequências e o posicionamento jurisprudencial quando deparado com situações de contratação de pessoas jurídicas. Utilizou-se, na elaboração do presente trabalho, o método dedutivo, valendo-se, principalmente, de pesquisas bibliográficas, legislação, doutrina, artigos de periódicos, entre outros. A pesquisa bibliográfica e documental foi utilizada como meio principal de levantamento de dados necessários para a formulação do presente trabalho.

Palavras- chave: Direito do Trabalho. Pejotização. Relação de Trabalho.

ABUSO DE PORDER EMPRESARIAL: A IMPOSIÇÃO DO EMPREGADOR SOB O EMPREGADO

João Antônio da Silva Maciel

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade discorrer sobre o abuso de poder empresarial. A ganância da humanidade, a busca de capital vem desde os antigos tempos e o método para essa obtenção ultrapassa diversos limites éticos e humanitários, sobrando no fim dos tempos para a classe do proletariado que através destes a fonte da mão de obra que no final se obtém o lucro, resultado de seus esforços. A evolução do sistema capitalista, e a ascensão dos direitos humanos, não impossibilitam os empregadores a tomar medidas deveras drásticas para efetivar cada vez mais a sua captação de moeda, pois se sabe que quando mais se tem, mais se quer, sem se importar com os códigos que garantem a defesa dos direitos trabalhistas e honra de seus empregados, e devido a mal jeito que é aplicado e fiscalizado estas medidas protetivas a burguesia volta a contornar esta situação. O objetivo geral do presente estudo é o de expor as já conhecidas medidas de exploração e abuso, citar exemplos e a partir do exposto ressaltar o quão as leis protetivas são bem formuladas, porém com uma péssima aplicação, e outrossim apresentar medidas para correção desta problemática. Utilizou-se, na elaboração do presente trabalho, o método dedutivo, valendo-se, principalmente, de pesquisas bibliográficas, legislação, doutrina, entrevistas, entre outros. A pesquisa bibliográfica e documental foi utilizada como meio principal de levantamento de dados necessários para a formulação do presente trabalho, tendo sido consultados, ainda, os doutrinadores de Direito Trabalhista, empresários, gestores e além dos estudiosos de outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Empregado. Empregador. Trabalho. Abuso. Exploração.

MEDIAÇÃO COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Joyce Barros de Alencar

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

A nova ordem constitucional trouxe consigo o entendimento de que o Estado Democrático e Social de Direito seria suficiente para solucionar todos os conflitos que surgissem no âmbito social. Porém, com o passar dos tempos, com toda a evolução da sociedade brasileira, se viu impossível que o Estado, por si só, conseguisse solucionar todos os conflitos que os cidadãos traziam, e que fossem prestadas as devidas tutelas jurisdicionais. Diante disso, faz-se necessário, que sejam utilizados outros meios alternativos, que vão principalmente desafogar o judiciário, viabilizando ainda mais, uma prestação jurisdicional mais rápida, que hoje em dia é um problema recorrente dentro do judiciário, a demora na solução de conflitos, principalmente, dentro do âmbito do Direito de Família, dentre os meios alternativos estão: a arbitragem, a negociação, a conciliação e a mediação. Concernente a conflitos familiares, a mediação ganha uma grande importância, pelo de fato de não buscar somente a resolução de conflito, mas sim fazer com a relação das partes se comporte, ou seja, fazer com que as partes ali presentes consigam estabelecer um diálogo. Assim para o Direito de Família, a mediação é um importante instrumento que compõe o judiciário.

Palavras-chave: Mediação e conciliação. Solução de conflitos familiares.

DELAÇÃO PREMIADA E SUA APLICABILIDADE AO CRIME ORGANIZADO

Lucas Borges Lamounier e Barros
Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade discutir a aplicabilidade do instituto da delação premiada ao crime organizado, se é feita de maneira correta, a opinião de doutrinadores e clarear um pouco mais o entendimento de como é interpretada no jurídico, discorrer seu histórico e procurar esclarecer mais seu significado, visto que é um assunto que tem diversos entendimentos. Quando falamos em criminalidade, um dos maiores desafios de esfera universal é a forma de como enfrentar e reprimir o crime organizado, que vem evoluindo e criando formas de livrar-se da lei, infiltrando-se inclusive dentro dos órgãos do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo. Por meio da globalização e desenvolvimento da sociedade, que criou mecanismos para facilitar e melhorar nossa vida e desenvolvimento dos países vieram também as formas de praticar diversos tipos de crimes que envolvam uma maior complexidade de resolução, dificultando o trabalho das autoridades para a punição de crimes que trazem o concurso de agentes, ou seja, que abraçam diversas pessoas. Com a sofisticação dos crimes e a dificuldade do Estado em acompanhar essas organizações criminosas, a forma encontrada de combatê-las é a chamada delação premiada, vista como uma solução para suprir a ineficácia do Estado, sendo uma estratégia de investigação utilizada para apurar os crimes de maior complexidade e que envolvam sujeitos de todas as esferas da comunidade. É uma causa de diminuição de pena ou até perdão, para o partícipe que entrega seus companheiros, contribuindo com informações para fazer cessar a conduta criminosa, instituída pela Lei nº 12.529/2011. O Objetivo geral do presente estudo é o de explicar sobre a classificação e como é usada a delação premiada para combater o crime organizado no país, desde entendimentos doutrinários e histórico do surgimento da palavra, para que possamos entender melhor seu uso no mundo jurídico, tendo em vista que ganhou bastante notoriedade nos últimos anos no Brasil e que, mesmo sendo uma forma de defesa dos Estados ou Impérios ou Reinados já que existe a muito tempo, não é muito discutida pelas Universidades.

Palavras-chave: Delação Premiada. Crime Organizado. Lei nº 12.529/2011.

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS ASPECTOS GERAIS E SOCIAIS

Rafael Rodrigues Paes

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

Diante da evolução dos direitos humanos fundamentais, em específico os direitos das pessoas com deficiência, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro, em especial os direitos civis têm sido ampliado para estabelecer e expressar os direitos de liberdade e capacidade para as pessoas, sem distinção. Além disso, observa-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é resultado de conquistas voltadas também à esfera internacional, por ter sido resultado da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, instrumento essencial para a continuidade das práticas relacionadas às pessoas com deficiência, em específico a partir da promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, por conseguinte, estabelece novas regras no que diz respeito à acessibilidade e respeito ao deficiente, como mecanismos de emancipação autonomia e liberdade, a partir da força de emenda constitucional, tendo em vista a matéria que contem. Por outro lado, os instrumentos de limitação de liberdade individual para salvaguardar a sociedade do curatelado, tais como a curatela, passaram a exercer um papel muito maior, considerando a revogação dos incisos que traziam a pessoa com deficiência como pessoa incapaz. O presente trabalho tem por finalidade abordar as inovações do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre o regime de capacidades e o procedimento da curatela no Código de Processo Civil de 2015. Desta feita, o presente trabalho utilizou o método qualitativo, com pesquisas bibliográficas, sendo utilizadas doutrinas pertinentes sobre o tema do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a alteração da Curatela e do Regime de Capacidades. Portanto, tem por finalidade compreender e interpretar os aspectos positivos e negativos acerca do tema com base no entendimento de renomados estudiosos.

Palavras-chave: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Regime de capacidades. Curatela.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO(S) ADOTANTE(S) EM DECORRÊNCIA DA DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO

Sabrina Mendanha de Oliveira

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

Este estudo tem por finalidade discorrer sobre a possibilidade de aplicação da responsabilidade civil aos adotantes que desistem da adoção durante o período de guarda provisória ou após o trânsito em julgado da sentença e buscam devolver a criança ou o adolescente aos cuidados das instituições de acolhimento, ocasionando assim, danos cabíveis de indenização. Os crescentes números de casos como estes, por muitas vezes polêmicos, com prós e contras, tem sido um grande desafio ao Poder Judiciário, mas que com cuidado e análises minuciosas de cada caso em particular, tem conseguido responsabilizar esses pretendentes infratores pelos danos causados às crianças e adolescentes vítimas da desistência. Para esse fim, o presente estudo por meio do método dedutivo, utilizando-se, em especial da pesquisa bibliográfica e documental, objetiva demonstrar a importância de responsabilizar civilmente os adotantes pela prática dessa conduta, condenando-os a arcar com a reparação do dano moral, existencial e a perda de uma chance sofrida pela criança ou o adolescente, bem como, a fixação de alimentos, uma vez que se criou no adotando a expectativa de encontrar uma nova família, sendo uma maneira de amenizar o sofrimento por ele suportado e de evidenciar a seriedade da adoção, prevenindo assim a coisificação dos filhos. Para isso, a pesquisa recorre à análise dos princípios, bem como, da evolução histórica, dos requisitos formais e processuais. E por fim, investiga a possibilidade da aplicação da responsabilidade civil durante o estágio de convivência, no período da guarda provisória para fim de adoção e após a adoção já consolidada com sentença transitada em julgado, além de que, também imprescindível a análise dos danos causados aos adotandos devolvidos e a averiguação do dever de indenizar o dano moral, o existencial e a perda de uma chance, assim como a compreensão das recentes decisões dos tribunais brasileiros que abordam a temática escolhida.

Palavras-chave: Adoção. Desistência. Adotantes. Responsabilidade civil. Dano moral. Indenização.

POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS MENORES INFRATORES

Sarah Cristina Leite Basílio Silva

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade discorrer sobre a possibilidade de ressocialização dos menores infratores. Nos últimos anos tem aumentado muito o número de delitos cometidos por menores de idade sendo este um grande desafio a ser enfrentado pela sociedade e pelas autoridades, já que no país ainda existe um sistema eficiente de ressocialização destes menores e sendo assim, ao retornarem para a sociedade, eles continuam cometendo os mesmos atos infracionais ou até mesmo mais graves. Acredita-se que maneira eficaz de diminuir o grande índice de crimes cometidos por menores de idade seria o cumprimento das medidas socioeducativas mais eficazes, pois, sabe-se que esta é uma questão que ainda merece um olhar especial por parte das autoridades e, principalmente, do Estado, pois, muitos jovens que estão internados em unidades educacionais não encontram o respaldo necessário para se ressocializar. E em decorrência disso, quando têm oportunidade voltam a cometer atos infracionais. O objetivo geral do presente estudo é o de destacar as medidas socioeducativas dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente e a partir delas ressaltar a importância de se efetivar ações voltadas para um efetivo de processo de reeducação dos menores infratores de modo que possam se inserir novamente na sociedade e não retornar ao crime. Utilizou-se, na elaboração do presente trabalho, o método dedutivo, valendo-se, principalmente, de pesquisas bibliográficas, legislação, doutrina, artigos de periódicos, entre outros. A pesquisa bibliográfica e documental foi utilizada como meio principal de levantamento de dados necessários para a formulação do presente trabalho, tendo sido consultados, ainda, os doutrinadores de Direito Penal, ECA, além dos estudiosos de outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Menor. Infrator. Lei. Ressocialização. Medidas socioeducativas.

A IMPUNIDADE DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL E OS NÍVEIS DE REINCIDÊNCIA DOS ABUSADORES

Thaís Martins Pereira Andrade

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade discorrer sobre os índices de impunidade nos crimes de violência sexual no Brasil, uma vez que, nos últimos anos, os crimes sexuais tiveram um aumento significativo, em especial contra menores de idade sendo 70% das denúncias registradas. Este é um grande desafio a ser enfrentado pela sociedade e pelas autoridades, uma vez que, se trata de um crime silencioso, e uma pequena parte chega ao conhecimento das autoridades. Apesar de existirem programas sociais que visam à proteção das vítimas e a repreensão de tais crimes ainda há uma parcela de pessoas que não recebem o amparo legal, seja por desinformação, seja por falta de acessibilidade, ou por vergonha de expor tal situação. Acredita-se que uma maneira eficaz de prevenir estes crimes seja com a educação sexual de crianças e adolescentes nas escolas, uma vez que é a maioria das vítimas. Sabe-se que esta é uma questão que ainda merece um olhar especial por parte das autoridades e principalmente do Estado, pois, mesmo com a resignificação que a lei 12.015/09, trouxe, ainda há um elevado nível de impunidade e reincidência dos abusadores, uma vez que, conta com penas brandas e muitas brechas na lei; e em decorrência disso, quando têm oportunidade voltam a cometer atos infracionais. O objetivo geral do presente estudo é destacar as falhas existentes no nosso ordenamento jurídico pátrio e evidenciar o sofrimento de tantas vítimas que são acometidas a tais situações. Para a elaboração do presente trabalho, foi-se usada a metodologia de pesquisa bibliográfica e dedutiva, utilizando-se de pesquisas jurisprudenciais, doutrinas, artigos, dados, entre outros, tendo sido consultado, ainda, doutrinadores de Direito Penal.

Palavras-chave: Crimes de Violência Sexual. Vítimas. Reincidentes.

A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DO STF ACERCA DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS

Victor Hugo Dias Ferreira

Orientador: Prof. M.e Isac Cardoso das Neves

RESUMO

O objetivo deste estudo é discorrer sobre as uniões simultâneas e seu reconhecimento como entidade familiar dando ênfase às jurisprudências e aos entendimentos dos tribunais de justiça acerca dessas famílias. Através da união paralela, envolve-se o amor e afetividade entre mais de uma pessoa, ou seja, o envolvimento de uma multiplicidade de sentimentos. O tema é importante e atual, merecendo estudos mais aprofundando, em busca de casos concretos e decisões entre os tribunais sobre tal prática. O método utilizado foi o indutivo, seguido da pesquisa bibliográfica. Foram realizadas pesquisas em livros de Direito Civil, Direito de Família, Direito Constitucional, Constituição Federal de 1988, jurisprudências, internet, entre outros. O reconhecimento do instituto jurídico das uniões simultâneas pode afetar os direitos do cônjuge. Portanto, esse reconhecimento jurídico deve ser construído a partir da dignidade da pessoa humana, da liberdade nas relações familiares, da solidariedade familiar, da igualdade, da afetividade, da especial proteção reservada à família, do pluralismo das entidades familiares, possibilitando concluir que a união simultânea é uma identidade relacional que tem a capacidade de dar origem a uma ou várias famílias, que tem o condão de construir uniões estáveis e matrimônios, cabendo ao Estado, garantir a mesma proteção normativa para a família monogâmica quando para a família simultânea. Quanto aos posicionamentos dos tribunais de justiça acerca das famílias simultâneas, encontram variadas restrições e críticas dadas pela doutrina e pela jurisprudência, mas também chances e possibilidades de obterem a concretização no meio jurídico. Mesmo existindo opiniões contrárias, a Constituição e as normas infraconstitucionais devem proteção jurídica às uniões estáveis simultâneas, pois que essas são realidades existentes na sociedade e assim como as outras famílias, merecem ser reconhecidas como entidades familiares protegidas juridicamente.

Palavras-chave: Direito. Família. União Estável Paralela. Reconhecimento.

Programação das Bancas sob orientação da Prof.^a M.^a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

Dia: 22/06 - Terça-Feira

Horário: 18h
Aluna: Beatriz dos Santos Brasil
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: EFICÁCIA,
EFICIÊNCIA E APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.069/1990

Horário: 18h30min
Aluna: Andreza Barcelos Ribeiro Santos
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: A ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB
NOS PRESÍDIOS GOIANOS

Horário: 19h
Aluna: Amanda Cavalcante Manso
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO JURÍDICA AOS INDIVÍDUOS
PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA À LUZ
DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO
BRASIL

Horário: 19h30min
Aluna: Hemelly Karolinne Martins Silva
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: VITIMOLOGIA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Horário: 20h
Aluna: Késsia Shayene de Oliveira Piaia
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: O PODER DE INVESTIGAÇÃO DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Horário: 20h30min
Aluna: Jordana Ferreira Cardoso
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Prof. M.e. Arthur Augusto de L. Queiroz
Título: SUPEREXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE E PRIVACIDADE INFANTIL NAS REDES SOCIAIS NO BRASIL

Dia: 23/06 - Quarta-Feira

Horário: 18h
Aluno: Thiago Rezende Camargo
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: A EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS MENORES INFRATORES

Horário: 18h30min
Aluno: Kayque Rodrigues Peixoto
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA: A JUSTA
INDENIZAÇÃO NAS ÁREAS EXPROPRIADAS PARA CONSTRUÇÃO
DA FERROVIA NORTE-SUL

Horário: 19h
Aluna: Anna Luísa Batista Freire Gratão
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: NECROPOLÍTICA NAS PRISÕES BRASILEIRAS: O BIOPODER
COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL ESTATAL NAS
UNIDADES PRISIONAIS

Horário: 19h30min
Aluna: Lóide Ravana Moura e Paiva
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: O NOVO ACORDO DE NÃO
PERSECUÇÃO PENAL

Horário: 20h
Aluno: Luiz Henrique Fernandes Lacerda
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: A RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES DESPORTIVAS POR
ATOS DISCRIMINATÓRIOS PRATICADOS POR SEUS ATLETAS

Horário: 20h30min
Aluna: Layanne Alves de Souza
Orientadora: Prof.^a M.a. Nayra Juliana D. de Azevedo
M. da Banca: Prof. Esp. George Alexander Neri de Carvalho
Prof.^a Esp. Mônica Ribeiro de Freitas
Título: A DISPUTA PELO COMANDO DO TRÁFICO DE DROGAS NA
COMARCA DE TRINDADE/GO

UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO JURÍDICA AOS INDIVÍDUOS PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA À LUZ DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Amanda Cavalcante Manso

Orientadora: Prof^a M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

A abordagem enfatizada no presente trabalho tem por escopo analisar a (in) eficiência das políticas públicas implementadas no Brasil referente aos indivíduos com transtorno do espectro autista e conseqüentemente, a ação do Poder Judiciário, como balcão de garantia dos direitos deste grupo. Atraindo as disposições da Constituição Federal, Código Civil, bem como, das convenções e leis complementares acerca do tema, declaradas pelo Estado Democrático de Direito, verifica-se a cidadania, a igualdade e a dignidade da pessoa humana, sob o viés do autismo em face da garantia do direito à vida, saúde, educação, assistência social, trabalho, dentre outros. O objeto do trabalho em tela é a análise crítico argumentativa acerca da proteção jurídica e políticas públicas relacionadas aos portadores do espectro autista, para além da sua expressão legal/ideal, mas sim da efetivação real no equilíbrio das desigualdades referentes ao determinado grupo, através do apontamento do conflito entre a evolução legislativa abrangida pela Lei nº 12.764/2012, o Direito Constitucional, com imperatividade normativa, em contrapartida aos obstáculos burocráticos e a ineficácia recorrente no cumprimento do que estabelece a referida lei. A escolha do referido tema justifica-se principalmente pela promoção da inclusão do portador do espectro autista em todos os âmbitos do Direito e da sociedade, proporcionando o acesso mínimo existencial aos direitos fundamentais, garantindo a igualdade material. Assim, busca-se oferecer maior visibilidade e ampliação da informação vez que, um dos principais impasses encontrados no decorrer deste trabalho foi a falta de documentação e pesquisas publicadas na área, pertinente ao tema e a esfera do direito.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Políticas Públicas. Igualdade Material.

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB NOS PRESÍDIOS GOIANOS

Andreza Barcelos Ribeiro Santos

Orientadora: Prof^a M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O presente trabalho trata da problemática na aplicação da Lei de Execução Penal nas penitenciárias brasileiras, bem como analisa a atuação da Comissão de Direitos Humanos da OAB em defesa da ressocialização dos presos e da reintegração dos egressos. Examinam-se as condições a que estão submetidos os presídios e penitenciárias, para verificar as ações adotadas a fim de propiciar os direitos básicos previstos na Constituição Federal. Acontece que os descasos com os presos e a ausência de políticas públicas clamam por novas formas de sanção que não seja somente a prisão. O intuito é oferecer um sistema que adote a reconciliação e reparação em vez de conduzir exclusivamente com a retaliação. Nota-se que não há nenhuma preocupação por parte da sociedade com a ressocialização dos presos, razão pela qual esta pesquisa busca formas junto à Comissão da OAB para que o encarceramento não seja apenas um aglomerado de gente e tenha a eficácia esperada. Isso porque seria extremamente interessante encarcerar somente aqueles que cometerem crimes de maior gravidade, desvinculando assim raça e punição, classe e punição, gênero e punição.

Palavras-chave: Penitenciária. Ressocialização. Reinserção. Comissão de Direitos Humanos.

NECROPOLÍTICA NAS PRISÕES BRASILEIRAS: O BIOPODER COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL ESTATAL NAS UNIDADES PRISIONAIS

Anna Luísa Batista Freire Gratão

Orientadora: Profª M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

A partir do conceito de necropolítica desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, o objetivo do presente estudo é analisar a aplicação desse instituto nas unidades prisionais brasileiras, sob a perspectiva do biopoder, conceito elaborado pelo filósofo francês Michel Foucault, como mecanismo estatal de controle social dentro dos presídios brasileiros, abarcando, ainda, o Racismo de Estado como uma estratégia política em que o Estado estabelece poder sobre as classes sociais marginalizadas. Aborda de forma breve a evolução do sistema prisional brasileiro e como se dá o exercício da necropolítica e do biopoder no encarceramento, inclusive no cerceamento de direitos dos presos. Por meio de pesquisa bibliográfica, embasada principalmente nos conceitos mencionados, serão observadas as consequências da necropolítica imposta aos detentos, sejam jurídicas, na responsabilização da omissão do Estado, sejam sociais, como o reflexo dessas políticas na reinserção social do egresso na comunidade após a privação de sua liberdade, e os impactos que essa política estatal e os mecanismos do biopoder de controle da sociedade utilizados causam.

Palavras-chaves: Necropolítica. Biopoder. Racismo de Estado. Achille Mbembe.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.069/1990

Beatriz dos Santos Brasil

Orientadora: Profª M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

A análise principal deste trabalho recairá sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, levando em consideração sua eficácia, eficiência e aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro, em especial sua presença na Lei nº 8.069/1990 que tem seus pilares em uma série de princípios que devem ser respeitados e, portanto, orientam as interpretações e aplicações da Lei. Levando em consideração a existência da Lei Federal nº 8.069/90, e sua eficácia, temos como hipótese principal a busca por melhorias, para garantir uma vida cada vez mais digna as nossas crianças, jovens e adolescentes, visto que, mesmo que a lei tenha sua parcela de eficácia, é notório que ainda há o que ser mudado objetivando a melhoria na aplicabilidade da Lei. Assuntos estes analisados e estudados pó meio de pesquisas bibliográficas em artigos, doutrinas, leis e jurisprudências, que possibilitaram um melhor embasamento científico e conclusões essenciais e precisas.

Palavras-chave: Lei nº 8.069/90. Criança e Adolescente. Eficácia. Aplicabilidade e Eficiência.

VITIMOLOGIA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Hemelly Karolinne Martins Silva

Orientadora: Prof^a M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso estuda a pessoa da vítima nos crimes que envolvem violência doméstica, sob o contexto da vitimologia. O 1º capítulo demonstra os tipos de violência contra a mulher existente nas legislações brasileiras, sendo elas: a violência física, psicológica e moral. No capítulo 2, o conceito de vitimologia é devidamente explanado a fim de compreender a pessoa da vítima, o agressor e sua relação com a vitimologia, baseando-se em pesquisas científicas e doutrinárias. Importante salientar, que a pesquisa visa primordialmente compreender porque algumas mulheres tendem a ser mais vulneráveis que outras. Por isso, no capítulo terceiro, foi feita uma pesquisa de campo, entrevistando uma jovem que já foi vítima de violência doméstica; uma Delegada de Polícia lotada na Delegacia da Mulher (DEAM) e a Juíza de Direito, ambas as autoridades da Comarca de Trindade/GO.

Palavras-chave: Vitimologia. Violência Doméstica. Mulher. Vulnerabilidade.

SUPEREXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE E PRIVACIDADE INFANTIL NAS REDES SOCIAIS NO BRASIL

Jordana Ferreira Cardoso

Orientadora: Prof^a M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O presente trabalho visa abordar acerca da superexposição da Intimidade e Privacidade infantil nas redes sociais no Brasil e as principais consequências punitivas para o infrator. Nos dias atuais evidencia-se a exposição de forma exagerada de crianças nas redes sociais, acarretando riscos e prejuízos, a sua integridade física, intelectual, moral, espiritual e psíquico, os quais serão avaliados neste trabalho, de acordo com o ordenamento jurídico pátrio e doutrinas. Visa da mesma forma, analisar os princípios e direitos que protegem a criança e o adolescente. E no último capítulo será explanado acerca da responsabilidade dos pais, do Estado e da sociedade frente à superexposição e exploração da prática de “Sharentig”.

Palavras-chave: Superexposição. Crianças. Princípios. Responsabilidade. “Sharenting”.

DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA: A JUSTA INDENIZAÇÃO NAS ÁREAS EXPROPRIADAS PARA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL

Kayque Rodrigues Peixoto

Orientadora: Profª M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O direito de propriedade é direito fundamental do ser humano, protegido constitucionalmente, no entanto, este, não é absoluto. A Constituição Federal de 1988 impõe a sua conformação social, uma vez que, os interesses dos particulares não podem sobrepor aos interesses da coletividade. Ao Estado, são garantidas algumas formas de intervenção na propriedade, sendo uma delas a desapropriação. A desapropriação é procedimento de Direito Público, através do qual o Estado, tendo como pressuposto a declaração de utilidade pública ou necessidade pública ou, ainda, interesse social, transfere para si a propriedade de terceiro, mediante indenização que deve ser paga previamente em moeda corrente e de forma justa antes da transferência da propriedade, desde que observadas às exceções legais. Neste sentido, este trabalho se desenvolve analisando a justa indenização na desapropriação por utilidade pública, e sua aplicação nos imóveis desapropriados para construção da ferrovia norte-sul, a análise do direito de propriedade e do instituto da desapropriação busca compreender o que a Constituição Federal em seu artigo 5º, XXIV, entende por justa indenização.

Palavras-chave: Propriedade. Desapropriação. Indenização. Utilidade pública.

O PODER DE INVESTIGAÇÃO DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Késsia Shayene de Oliveira Piaia

Orientadora: Prof.^a M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O presente trabalho tem a importância de analisar o poder de investigação por parte dos Ministros do Supremo Tribunal, tendo em vista que, em 2019, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, instaurou, de ofício, o inquérito nº 4.781, para apurar supostas práticas de divulgação de notícias fraudulentas e infrações cometidas contra a Corte, seus membros e familiares. O presente estudo tem o propósito de analisar a legalidade de instauração, instrução e outros aspectos relevantes do inquérito no sistema processual penal acusatório constitucional em relação aos dispositivos legais, princípios e doutrinas apropriadas. O trabalho realiza uma análise inicial dos sistemas processuais e dos princípios constitucionais, e em seguida, analisa as características de um inquérito, questiona a constitucionalidade do inquérito nº 4.781, bem como, analisa o julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº 572.

Palavras-chave: Poder de investigação. Ministros do Supremo Tribunal. Inquérito nº 4781.

A DISPUTA PELO COMANDO DO TRÁFICO DE DROGAS NA COMARCA DE TRINDADE/GO

Layanne Alves de Souza

Orientadora: Prof^a M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O presente trabalho monográfico visa analisar a disputa pelo comando do tráfico de drogas na comarca de Trindade/GO. A pesquisa inicia-se esclarecendo a formação e atividades das principais facções criminosas brasileiras denominadas de: Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). Posteriormente se apresenta a estrutura organizacional das referidas facções, os elementos que as caracterizam e as suas ações dentro e fora do sistema prisional. Ainda, será explanado acerca da responsabilidade estatal frente estas disputas, bem como as políticas públicas implantadas pelo Estado como forma de diminuir as guerras existentes entre as referidas facções. O estudo demonstra que esse conflito atual entre as duas facções criminosas representa e é responsável pelo aumento da criminalidade na Comarca de Trindade-GO. A metodologia utilizada foi qualitativa, de caráter exploratório, utilizando-se como fontes, mídias locais, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema e principalmente uma entrevista com o Diretor da Unidade Prisional de Trindade/GO.

Palavras-chave: Criminalidade; Tráfico de Drogas. Disputa. Facção Criminosa.

JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: O NOVO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Lóide Ravana Moura e Paiva

Orientadora: Prof. M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o instituto jurídico que compõe à alternativa justiça penal negociada, o acordo de não persecução penal sob a ótica da Lei nº 13.964/2019 (pacote anticrime). Com o advento desta nova realidade, o estudo foi direcionado a clarificar diretrizes que regem a aplicabilidade da medida despenalizadora até o momento de sua extinção, seguindo uma abordagem intrínseca ao instituto de não persecução. O método utilizado na evolução da pesquisa foi o hipotético-dedutivo, vez que os questionamentos acerca do tema foram minuciosamente postos a exame e verificação. Vê-se pertinente e oportuna à análise deste mecanismo alternativo de negociação e reprovação criminal para crimes de médio potencial ofensivo, abrangendo grande parcela dos delitos previstos no ordenamento jurídico por possuírem penas mínimas inferiores há quatro anos e não demandaram a prática de violência ou grave ameaça, preceitos para se propor o acordo de não persecução penal.

Palavras-chave: acordo penal; não persecução penal. Princípio da obrigatoriedade. Ministério Público.

A RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES DESPORTIVAS POR ATOS DISCRIMINATÓRIOS PRATICADOS POR SEUS ATLETAS

Luiz Henrique Fernandes Lacerda

Orientadora: Prof^a M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade analisar o direito desportivo brasileiro, abordando seu funcionamento, sua composição, seus requisitos, e a eficácia das decisões da Justiça Desportiva, assim como a responsabilidade das entidades desportivas por atos discriminatórios, e mostrando como a responsabilidade civil dos atletas é aplicada. Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a fazer uma reflexão acerca do direito constitucional que o indivíduo brasileiro tem de praticar o desporto, sendo fomentado pelo Estado, além de procurar explanar sobre a constituição da Justiça Desportiva e abordando as legislações infraconstitucionais.

Palavras-chave: Direito Desportivo, responsabilidade, atos discriminatórios.

A EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS MENORES INFRATORES

Thiago Rezende Camargo

Orientadora: Prof. M.a Nayra Juliana Daniel de Azevedo

RESUMO

O presente trabalho de curso tem por desiderato examinar os adolescentes em conflito com a lei, abordando desde o contexto social em que o menor infrator é inserido, até a prática dos atos criminosos. Ainda, foram estudados o procedimento de apuração de atos infracionais e o procedimento de execução das medidas socioeducativas, que foram abordadas individualmente. Por fim, foi exposta uma análise acerca da realidade do adolescente e os possíveis motivos pelos quais vários menores ingressam no mundo do crime. Para o seu desenvolvimento, foi utilizado o método indutivo, partindo de uma premissa específica, no caso, a determinação constitucional e a Lei específica da Criança e do Adolescente, para verificar sua aplicação social. Os procedimentos metodológicos empregaram à pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial.

Palavras-chave: Adolescente. Medidas Socioeducativas e Atos Infracionais.